

# Cartas de todo o País mostram o interesse pela Constituinte

24 JUL 1985

BRASÍLIA — As vésperas da divulgação, pela Presidência da República, dos 50 nomes que comporão a comissão provisória que encaminhará subsídios à futura Assembléia Constituinte, o Ministério da Justiça começa a receber um número cada vez maior de sugestões de todo o Brasil, que vão de pedidos de instauração da pena de morte no País até a inclusão na Constituição de um artigo determinando o fim das mordomias.

Até ontem as conclusões eram cerca de duzentas, cuidadosamente anotadas pelo jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo da comissão, e arquivados. Mas muitas dessas sugestões não terão o arquivo como destino final: merecerão encaminhamento à comissão.

A correspondência chega de pessoas de todas as camadas da população, mostrando os primeiros sinais de interesse público pela Assembléia Constituinte, e de entidades como a OAB, por exemplo, que não faz sugestão, mas protesta contra a maneira pela qual o Governo encaminhou a convocação da Constituinte.

Entre as inúmeras sugestões para alteração ou inclusão de um ou outro item, como, por exemplo, a redução

do tempo de serviço para aposentadoria, há um anteprojeto completo, enviado por uma mulher de Belém do Pará. O preâmbulo começa dizendo que "todo poder emana de Deus e é manifestado na vontade do povo, em nome do qual é exercido". Num dos artigos ela alinha entre as atribuições do Presidente da República a de "desfazer a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara".

O objetivo da Constituição é definido no Artigo 4º desse anteprojeto. A nova Carta não deverá "modificar as leis, mas fazê-las cumprir, nem desfazer palácios para construir outros, mas preservar o patrimônio". São fixados também os objetivos da Nova República: "O desenvolvimento político, econômico e social, tendo como metas principais a dívida externa e o combate à inflação e à recessão". Finalmente o anteprojeto dessa paraense sugere, em seu último artigo, o estabelecimento de "um instrumento de amparo à família no que concerne às compras pelo sistema de crediário".

Grande parte das sugestões encaminhadas ao Ministério da Justiça mostra preocupação com a participação do povo na Constituinte e com

a representatividade dos membros da comissão dos próprios constituintes. E o caso, por exemplo, de um professor paulista e um advogado mineiro que sugerem ao Governo a convocação de todos os grupos representativos da sociedade, incluindo sindicatos de trabalhadores, para que enviem anteprojeto de Constituição a serem estudados, ou que seja feita uma ampla consulta de Norte a Sul do País, a convocação de verdadeiro mutirão cívico, pedindo sugestões populares.

A pena de morte é pedida para crimes de estupro, latrocínio, assassinato de policiais para fugir à prisão e seqüestro com morte da vítima pela Associação dos Motoristas da Prefeitura do Município de São Paulo. E houve um advogado de Brasília que enviou sua sugestão em forma de carta ao Presidente Sarney (com cópia a ele), indicando "a composição ideal" para a comissão, que, segundo ele, além do jurista Afonso Arinos, na presidência, deve ter apenas os juristas Seabra Fagundes e Dalmo Dallari. No fim, o advogado oferece seus préstimos, colocando-se à disposição para funcionar como coordenador dessa comissão.

## Pazzianotto: Povo será personagem da Carta

BRASÍLIA — "Pela primeira vez, o povo brasileiro vai ter a oportunidade de ser o personagem principal de sua lei fundamental: a Constituição." A afirmação foi feita ontem pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, ao encerrar a XVIII Reunião dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Pazzianotto afirmou em sua palestra que o Brasil foi marcado, frequentemente, pelo autoritarismo e pela violência e que nunca "conseguiu realizar a democracia". Das várias Constituições que o País já teve, muitos consideram mais democrática — relatou o Ministro — a ou-

torgada pelo Imperador D. Pedro II.

Pazzianotto disse que não tem uma receita para a Constituinte. "Mas, como todos os brasileiros, espero que seja representativa." Para ele, todos os que se sentem responsáveis pela derrota do antigo regime e pelo surgimento da Nova República precisam cumprir a transição política.

O peso do poder econômico na formação da Constituinte não deve, segundo ele, ser motivo de preocupação excessiva: "Se formos nos intimidar diante do poder econômico, por que a Constituinte?", indagou.

A nova Constituição não deve também ser pensada como remédio pa-

ra todos os males. Deve, sim, ser uma lei ao alcance do povo, que precisa reconhecer nela a lei básica da sua cidadania. Em épocas anteriores, disse o Ministro, o povo não deu valor à Constituição porque ela não lhe dizia respeito. Por isso, foi fácil violentá-la.

O Ministro encerrou a palestra manifestando sua confiança no Brasil como um país dos mais viáveis, apesar dos graves problemas econômico-sociais. Manifestou também a certeza de que nunca faltará ao Governo da Nova República o apoio dos engenheiros na tarefa de recuperação nacional.